

ARTIGO

**SOCIEDADE CIVIL, TERCEIRO SETOR E ONGS:
esboço de alguns termos***Marina Félix de Melo²¹*

Resumo: O presente ensaio recorre as dimensões analíticas de sociedade civil e terceiro setor utilizadas nos estudos sobre Organizações Não-Governamentais. Realizamos um esboço das principais entradas teóricas necessárias ao enquadramento epistemológico da sociedade civil, a considerar os limites de conceitos que são repensados quando em etapas práticas de pesquisa, em que as conjunturas verificadas nos campos de investigação apresentam-se como categorias plásticas complexas.

Palavras-Chave: Sociedade Civil. Terceiro Setor. ONGs.

**CIVIL SOCIETY, THIRD SECTOR AND NGOS:
Outline on Some Concepts**

Abstract: This paper aims about the analytical dimensions of civil society and third sector used in Non-Governmental Organizations studies. We carried out a text of the main entrances to the necessary theoretical epistemological framework of civil society, considering the limits of concepts that are revisited according to the practices researches, where we have plastics and complex contexts.

Key-Words: Civil Society. Third Sector. NGOs.

O presente texto é parte integrante da tese de doutorado em sociologia intitulada “Profissionalização nas Organizações Não-Governamentais” (2013), na qual analisamos as consequências do atual processo de profissionalização institucional das ONGs. Neste percurso, pontuamos um panorama contextual em que essas entidades se inserem, do qual buscaremos tratar nestas páginas.

²¹ Doutora em Sociologia pela Universidade de Pernambuco/UFPE. Professora Adjunta da Universidade Federal de Alagoas/UFAL.

É recorrente o desenvolvimento de modelos de apresentação descritivos do que são ONGs, de que elementos sociais são compostas. Graças a isso, investigações como a que propusemos se fazem possível, haja vista que desses quadros diversos pudemos recortar nosso objeto de estudo. Entretanto, evitaremos seguir a mesma regra por razões de foco e porque, justamente, já existe bibliografia especializada sobre o tema, a exemplo das obras de Coelho (2001), Landim (2002), Tachizawa (2002) dentre muitas outras. Se por um lado não desenvolveremos nestas páginas uma tipologia sobre as ONGs, passaremos por alguns pontos que consideramos pertinentes na localização destas entidades atualmente.

A Associação Brasileira de ONGs, a Abong, realizou uma consulta nacional acerca da efetividade do trabalho de instituições ligadas ao desenvolvimento seguindo um modelo já ocorrido de diversos países que se deparam com questões sociais semelhantes, bem como com o crescimento de organizações do terceiro setor. Desses países, quinze estão na África, dezessete na Ásia e Norte da África, quatro na Europa do Leste, duas no Pacífico e doze na América Latina e Caribe, de acordo com dados fornecidos pela própria Abong²², que participa de assembleias mundiais para compartilhar os resultados obtidos em cada local. Ainda em 2011, em São Paulo, a Abong realizou a Consulta Nacional do Fórum Aberto para efetividade do desenvolvimento das Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Nessa, pessoas de diferentes partes do mundo tiveram acesso digital ao evento e participaram com perguntas, fomentando os debates sobre cidadania participativa, cooperação internacional, desafios de promoção de políticas públicas, raça, gênero, impactos do trabalho etc. A lógica do evento seguiu adiante e foi reprisada em vários locais, como na República Dominicana naquela mesma época.

Poderíamos mencionar uma infinidade de livros produzidos nos últimos dez anos sobre tais campos de investigação²³, a exemplo da obra “*Organizaciones de la sociedad civil y desarrollo local*” (2006) na qual Adriana Rofman e Alejandro Villar analisam a partir das experiências argentina e uruguaia a multiplicação de promoções de desenvolvimento local tomadas por governos locais e/ou nacionais e que findam por ser referências no tocante à formulação de políticas públicas. Ainda que tal discussão se debruce em uma preocupação mais ampla que a da presente tese, o problema de onde os autores partem, o de perceber a centralidade do tema de desenvolvimento local, já encontra um cenário de debate acadêmico crítico e, sobretudo, politizado.

²² ABONG. Abong realiza consulta nacional sobre a efetividade do trabalho das organizações da sociedade civil em prol do desenvolvimento. Disponível em: <http://www.abong.org.br/noticias.php?id=3487>. Acesso em: Mar. 2011.

²³ Ver Abong/Publicações: <http://www.abong.org.br/publicacoes.php>. Acesso em: Mar. 2011.

O Que Há Dentro da Sociedade Civil?

É notável o aumento da produção científica acerca de temas relacionados à sociedade civil, uma vez que a investigação sobre capital social, redes, solidariedade, associações, ONGs, economia solidária, saúde pública etc., tem ganho espaço dentro da sociologia, pois muitos destes termos, que embora pareçam novos no vocabulário acadêmico, têm sofrido reelaborações em seus significados, isto é, vêm acompanhando uma série de mudanças sociais vividas na Argentina, no Uruguai, no Brasil, em Portugal e no mundo. Em certa medida, a preocupação de partida dos atuais debates acadêmicos acerca da temática reside no fato de como vem sendo tratado o termo “sociedade civil” por autores que discorrem sobre esses vários *links* citados acima, pois, se recorrermos a alguns textos básicos de cada um destes conceitos, perceberemos como sociedade civil pode ter diversos significados, desde um grupo solto de indivíduos espalhados em uma sociedade até um grupo coeso que passa a representar politicamente certos interesses.

No caso mais específico e curioso da sociedade civil, seu termo ganhou espaço mundial tanto na universidade como no jornalismo político sobretudo a partir da segunda metade da década de 1970, haja vista à corrosão da ditadura militar e o surgimento de movimentos sociais na época, a exemplo do sindicalismo na região do ABC Paulista no sudeste do Brasil. A noção de sociedade civil apresenta-se como uma categoria explicativa da própria sociedade, ao articular os diferentes grupos e classes nos níveis econômico, político, cultural, ideológico, ou mesmo na formação da opinião pública. De origem hegeliana, esse conceito foi utilizado de formas distintas por Marx e Gramsci (PORTELLI, 1990, p. 19-22), porém, no sentido comum que o vincula à ideia de sociedade burguesa ou de classes (FERNANDES, 1982, p. 03). O essencial a destacar aqui, contudo, é que a funcionalidade do conceito de sociedade civil serve para compreender como ONGs, por exemplo, se articulam com os níveis do Mercado e do Estado, a refletir a divisão entre os grupos sociais, seus momentos de aproximação, cooperação ou de tensões e conflitos; como o capital social se realiza dentro dessa chamada sociedade civil ou como as redes sociais interagem neste cenário.

O conceito *gramsciano* de sociedade civil estabelece uma íntima relação com o que poderíamos chamar de “sociedade política”. Para Gramsci, a sociedade civil seria o momento de coesão da sociedade política (ou Estado), ou seja, o momento em que é garantida a hegemonia em relação ao projeto de sociedade dos grupos dominantes, que controlam o aparelho do Estado. Nesse sentido, sociedade civil e sociedade política, apesar de distintas e guiadas por lógicas diversas, apresentam entre si um vínculo orgânico e influências recíprocas. No plano mais geral de análise da sociedade de classes (ou sociedade civil), o elemento político estará sempre presente em uma tal

perspectiva, de modo que a análise interna a cada uma de suas instituições deverá estar respaldada pela consideração do fator político.

Na obra de Giovanni Semeraro, *Gramsci e a Sociedade Civil* (1999), o autor tece sobre o conceito original de sociedade civil em Gramsci, a revelar sua densidade política, sendo esta uma espécie de arena da luta de classes, na qual existe uma luta pela hegemonia e por isso ela não é o oposto de Estado, mas, juntamente com a sociedade política, um de seus momentos constitutivos. Semeraro coloca como nem tudo o que é proveniente da sociedade civil pode ser interpretado como “bom” (ela pode ser hegemônica por uma elite em busca apenas dos interesses de sua classe, por exemplo) e nem tudo o que provém do Estado é “mau”. “Somente uma concreta análise histórica da correlação de forças presentes em cada momento pode definir, do ângulo das classes subalternas, a função e as potencialidades positivas ou negativas tanto da sociedade civil como do Estado.” (SEMERARO *apud* COUTINHO, 2007). Desta maneira, observamos como na obra gramsciana sociedade civil não é um conceito apolítico ou asséptico, pois tem uma dimensão nitidamente política, o que para Carlos Nelson Coutinho significa que Gramsci “supera dialeticamente os conceitos de seus interlocutores e constrói uma originalíssima noção de ‘sociedade civil’, que aparece como eixo articulador de uma nova teoria política marxista” (SEMERARO, 1999).

No Dicionário de Política de Norberto Bobbio encontramos uma espécie de síntese sobre o conceito de acordo com o pensamento dos jusnaturalistas, de Rousseau, Hegel, Marx e uma breve análise sobre este fenômeno atualmente. Sociedade civil na forma mais original, do pensamento jusnaturalista, se define como o oposto de sociedade natural, passando a ser sinônimo de sociedade política, que neste caso significa Estado. De acordo com Alcides Monteiro: “Diferentemente da sociedade tribal, ‘civil’ porque civilizada e organizada segundo a regra da lei (...)” (MONTEIRO, 2002, p. 151). Lock e Kant são clássicos que escreveram sobre a necessidade de o homem sair de seu estado de natureza e entrar em um estado civil, em um corpo que se liga aos demais. Há também de se levar em consideração que a sociedade civil, por si só, distingue-se do conceito de sociedade religiosa. Bobbio coloca que se há uma distinção clara (nesta linha de pensamento) entre sociedade civil e sociedade natural, há uma diferença “interna” entre a primeira e as convenções religiosas, pois tratamos aqui de diferentes tipos de poderes que regem as sociedades. O “viver civil” é defendido por Hobbes de forma tenaz. Nele, encontraríamos as qualidades da razão, paz, segurança, riqueza etc. Rousseau (1754), por sua vez, distingue o “ser civil é ser político” e o “ser civil é ser civilizado”, dessa maneira, podemos dizer que a sociedade civil para Rousseau está ligada a este fator de ser civilizado. O autor não atrela a sociedade civil ao Estado e à política e, para ele, o homem é capaz de gerar um estado de guerra que se aproxima do estado de natureza.

Em contrapartida, no pensamento hegeliano observamos a separação entre família, sociedade civil e Estado. Bobbio denota que sociedade civil não é mais sinônimo de Estado, mas sim um de seus momentos preliminares. Para Hegel, a sociedade civil torna-se Estado quando as partes da sociedade, que se dissolveram com a família, se unem a formar um conjunto orgânico. Todavia, autores mais recentes como Cohen e Arato (1992) já adiantam que a sociedade civil tende a se tornar o centro de uma teoria social e política crítica em sociedades nas quais a economia de mercado vem a emergir consideravelmente, como no caso brasileiro. Enxergar a sociedade a partir de um modelo tripartite, que distingue sociedade civil do Estado e do Mercado, passa a ser uma linha de pensamento desses autores que enxergam a sociedade civil como uma esfera de interação social entre o público e o privado, ligada ao âmbito da família (esfera íntima), à vida associativa, aos movimentos sociais etc. Dessa forma, nota-se o cuidado em distinguir a sociedade civil das demais esferas e fazer com que ela não venha a ser interpretada, por exemplo, como sinônimo de partidos políticos ou parlamentos. Salientamos ainda que Cohen e Arato não colocam a sociedade civil em oposição ao Mercado e ao Estado, pois, o que os autores propõem é uma mediação entre estas três esferas, na qual a sociedade civil pode exercer influência sobre às demais, uma vez que uma relação antagônica entre si e estas só ocorre quando a mediação entre os três atores fracassa ou quando o Estado e o Mercado findam por excluir as influências de iniciativas das organizações sociais, das discussões públicas que visam à participação etc. (COHEN E ARATO, 1992).

Apesar das várias preocupações esboçadas pelos autores que lidam com a noção de sociedade civil e das múltiplas conceituações que tal termo carrega, vale destacar que, como versa Philippe Chaniel (2004), seria um erro idealizar a sociedade civil, mesmo com toda a relevância que o conceito nos traz. Ela não tem plena independência em relação ao Estado, principalmente no presente cenário, no qual atuam os três setores conjuntamente, e também não pode ser apartada da vida política (como já adiantava Gramsci), isto é, da interação. Corroboramos com Chaniel que não podemos estimular a participação de majorias em associações sem o auxílio do Estado e que a sociedade civil não pode reduzir-se ao slogan de “contra Estado”, pois ela é marcada por fragmentação e descontinuidade e por isso não pode realizar sua missão de “salvar o Estado democrático” sem a ajuda deste. Assim, o Estado deve contribuir especialmente para a democratização da sociedade civil, afrontando os problemas de desigualdade existentes no mundo associativo. Dito em outras palavras, Chaniel observa a importância de uma sociedade civil associativa internacional como uma “guardiã da indivisibilidade dos direitos” e que possa garantir todos os direitos para todos e por todos. (*Ibid*, p. 70).

O conceito de democracia, assim como o de sociedade civil, é bastante difuso. Os termos democracia participativa e participação social tomam cada vez mais espaço nas discussões sobre sociedade civil. Como denota Aécio Matos (2006), uma das principais hipóteses de partida sobre o que é democracia está no fato de que existem condições objetivas como renda, estabilidade econômica, capacidade de mobilização dos movimentos sociais, acesso da população à saúde, educação, dentre outras, que caracterizam um Estado democrático, não obstante, o fato de haver um Estado de direito a organizar as instituições democráticas também é importante, mas não é suficiente para que a democracia se consolide em uma sociedade. De acordo com Matos, a concepção de democracia como “governo do povo” nos leva a falsas interpretações, a exemplo de imaginar que o povo estaria no poder e as decisões políticas emanariam diretamente desse povo. (MATOS, 2006, p. 185). Existe uma diferença crucial entre democracia direta e democracia representativa. Nas palavras do autor: “A democracia direta, cujas referências à tradição estão na república grega, compreende a autoridade política associada ao exercício direto do poder do povo para tomar decisões nos assuntos de interesse comum” (*Ibid*, p. 185). Assim, a democracia direta não pode ser associada aos modelos atuais de democracia participativa, embora venha sendo marcada nos últimos séculos por permanentes crises e movimentos revolucionários e, como coloca Matos, tais crises se originam não apenas devido ao contexto nos quais esse tipo de democracia tenta se enquadrar, mas também pelos problemas de sua aplicação (insatisfação pública).

Atualmente observamos nos debates sobre democracia, cidadania, solidariedade, participação, capital social, comércio justo²⁴ etc, uma confusão entre os termos sociedade civil e terceiro setor. O terceiro setor, que é parte da sociedade civil, desempenha atividades a partir da ideia de gestão social para dar conta de suas missões e, como estas são de tipos variados, ele abrange um conjunto de ações, pressões políticas e benfeitorias sociais, que finda por deixá-lo com uma conceituação também difusa. Entretanto, de acordo com Eloísa Cabral (2006), “essa concepção teórica possibilita olhar o TS, como uma realização desta área intermediária do sistema de mistura de proteção social, e não, instrumentalmente, como um limite funcional de características organizacionais” (CABRAL, 2006, p. 210-211). A autora propõe uma conceituação de terceiro setor para além das características habituais que apenas consideram estas organizações como sendo não lucrativas e voluntárias, pois

²⁴ Sobre comércio justo ver: CARY, Paul. “O comércio justo e a reinscrição da economia: as dimensões políticas do comércio justo”. In: *Revista Estudos de Sociologia*. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. Vol. 10, nº 1 e 2. Recife, 2004.

com essa “mistura” dos termos e conceitos, deveríamos antes enxergar o terceiro setor dentro do espaço público, a compor a sociedade civil, pois ele engloba as relações entre o público e o privado ou entre o econômico e o político. Em outras palavras, o que Cabral sugere é a superação de um suposto engano conceitual de imaginar que o terceiro setor pode representar a sociedade civil, pois tratam-se de diferentes considerações (*Ibid*). Corroboramos com a autora que terceiro setor e sociedade civil não são sinônimos, mas acrescentamos que a primeira está contida na segunda, porém, isso não significa que o terceiro setor não possa representar a sociedade civil em determinadas instâncias, pois, nele, encontram-se condensadas maneiras substanciais de expressão social, ou seja, o terceiro setor pode ser um veículo de disseminação da própria noção de sociedade civil e, algumas vezes, desenvolve o potencial de materialização dos ideais dessa.

Da mesma forma, apenas a título de exemplificação da dificuldade terminológica (sobre o que nos referimos), há o problema em diferenciarmos instituições do terceiro setor com movimentos sociais, a ver do contexto em que se empregam. Os movimentos sociais também são instituições não-governamentais fora do aparato formal de Estado, sem fins-lucrativos, autônomas e autogovernadas. (COELHO, 2001, p. 77). Entretanto, o elemento distintivo que seguiremos nessa tese para não confundirmos terceiro setor com movimentos sociais será o de que os movimentos sociais compõem um cenário político diferenciado e, embora as entidades de terceiro setor, as ONGs, estejam inseridas em contextos políticos e que não sejam amorfas a tal cenário, os movimentos sociais são marcados por serem movimentos reivindicatórios os quais tendem a dirigir-se ao Estado pressionando-o e exigindo que o forneça um certo serviço ou um certo bem (*Ibid*, p. 77).

Os limites entre conceitos encenam-se de maneira tal que em grande maioria das ocasiões não sabemos como abordar um tema mediante fenômenos sociais que são, em realidade, mais do que fenômenos do qual se originam diferentes conceitos haja vista a pluralidade e a visibilidade que impõem ao mundo acadêmico. Saber, à guisa de exemplo, que existem múltiplas maneiras de conceber sociedade civil não nos dá, em si, pressupostos alicerçados para que escolhamos uma dentre as várias para entendermos o que é a sociedade civil e trabalharmos a partir de suposto ponto sólido. Pelo contrário, o principal resultado desse esforço de lidar com temas de conceituação difusa reside em elaborarmos tipos ideais, ou tipificações metodológicas, a solidificar nosso objeto de estudo que, justamente por se tratar de um objeto sociológico, já possui intrinsecamente a característica de ser plástico, contextualizável. Entretanto, aqui cabe mais uma questão que, por vida, está contida na metodologia das ciências sociais: a de sabermos sobre que elementos devemos resumir para uma tipificação de conceitos em determinados temas de abordagem. Posto que não objetivamos neste

texto realizar tal modelo tipificador, abordaremos algumas das questões práticas contidas na problemática do terceiro setor como um recorte histórico-conjuntural.

Terceiro Setor e ONGs: Do Que Falamos?

Ruth Cardoso, ao tentar articular essas mesmas questões às quais nos colocamos sobre “o que é o quê” quando pensamos em sociedade civil, objetivou em artigo “Fortalecimento da sociedade civil” (1997) compilar algumas noções da tendência que à altura da década de 1990 parecia ser o tempo de auge das potencialidade da sociedade civil em um contexto de relações próximas com organizações não lucrativas, não estatais. A autora, que neste ano ocupava a presidência do Conselho da Comunidade Solidária ao mesmo tempo em que se relacionava publicamente com o governo na posição de primeira dama brasileira, disserta como em tal contexto não existiam noções claras do que fosse o terceiro setor, nem mesmo para os atores da cena. Cardoso (1997) elabora uma analogia interessante sobre a posição de incógnita do terceiro setor com a de incógnita do terceiro mundo. Se, ao passo dos anos 1950, havia uma distinção pontual entre o que eram Primeiro Mundo e o Segundo Mundo, não se sabia ao certo do que tratava-se o Terceiro, embora fosse elucidado a dependência deste último aos dois primeiros.

Recorremos hoje à expressão Terceiro Setor para distingui-lo do Primeiro, que é o setor público, e do segundo, representado pelas atividades lucrativas. Com essa denominação, queremos também enfatizar o caráter autônomo e inédito desse algo novo que está mudando a sociedade e que se define por não ser nem governo nem empresa, por não querer submeter-se nem à lógica do mercado nem à lógica governamental (CARDOSO, 1997, p.08).

Ao mesmo tempo em que não podemos dizer que o terceiro setor é Estado ou Mercado, existem controvérsias já percebidas desde a década de 1990 que liga a questão da identidade dessas organizações a seus problemas mais pontuais e práticos de sustentabilidade e, sobretudo, da profissionalização que, embora não seja característica exclusiva do Estado e do Mercado, é notada de maneira cada vez mais expressiva nas ONGs, o que as confere modelos de reelaboração de atividades, bem como no lidar cotidiano com os primeiros dois setores. Essencialmente, embora sejam necessárias e importantes essas categorias de Primeiro, Segundo e Terceiro setores, sabemos que a realidade que os liga os pluraliza, havendo, por exemplo, mais que um terceiro setor, justamente pelas contradições de sua unidade, de sua formação. Pois, falemos em “terceiros setores” só por um instante a pensar que essas instituições formam um campo marcado “por uma irreduzível diversidade

de atores e formas de organizações” (*Ibid*, p. 08) ainda depois de 2010. Embora passados mais de 15 anos da escrita do texto de Cardoso, alguns elementos se conservam ao longo do desenvolvimento desse quadro histórico.

Na década de 80 foram as ONGs que, articulando recursos e experiências na base da sociedade, ganharam visibilidade enquanto novos espaços de participação cidadã. Hoje percebemos que o conceito de Terceiro Setor é bem mais abrangente. Inclui o amplo espectro das instituições filantrópicas dedicadas à prestação de serviços nas áreas de saúde, educação e bem estar social. Compreende também as organizações voltadas para a defesa dos direitos de grupos específicos da população, como as mulheres, negros e povos indígenas, ou de proteção ao meio ambiente, promoção do esporte, da cultura e do lazer. Engloba as múltiplas experiências de trabalho voluntário, pelas quais cidadãos exprimem sua solidariedade através da doação de tempo, trabalho e talento para causas sociais. (...) (*Ibid*, p. 08).

Se esses elementos, aqui descritos há mais de uma década, ainda são os mesmos que compõem as atividades mais comuns das ONGs e partindo do princípio que, no Brasil, elas já possuem uma larga história desde o fim da ditadura militar, é no mínimo estranho que as ONGs não tenham desaparecido, afinal, se elas surgem para resolver problemas, deveriam desaparecer na medida em que tais problemas fossem resolvidos (se fossem resolvidos). Essa caracterização visionária de terceiro setor, ou melhor, da morte do terceiro setor, contracenam menos a cada dia nas instituições, não apenas porque mais e mais ONGs surgem, crescem e morrem a todo instante, mas sim porque seus estados de gerência cada vez mais elaborados e inseridos na lógica dos dois primeiros fazem parte de um universo político e financeiro. Logo, uma vez que as ONGs atualmente não têm morrido por resolverem os problemas aos quais se propõem (vulnerabilidade infantil, saúde etc), e contracenam na sociedade à luz de diferentes personagens, absorvem problemas dessa sociedade em sua própria função, como a questão da ocupação, do trabalho, pois, passam a ser um modelo de serviço social para além das atividades às quais se lançam, às suas missões propriamente ditas. É possível que seja nesse ponto, do papel de produção imaterial para além de seus objetivos formais, de seus editais, no qual resida a maior complexidade do terceiro setor atualmente. Na Revolução Industrial, estava mais em cheque a então nova operacionalização de mundo, de trabalho, e da relação das pessoas envolvidas em tal sistema com os modos de vida inéditos do que seus produtos produzidos em si. Logo, como reforça Cardoso, a contribuição maior gerada pelo terceiro setor é a busca da experimentação de soluções inovadoras para os problemas aos quais se propõe (*Ibid*, p. 10) mas, acrescentamos, também a execução dos serviços que seriam em tese dever do Estado. Seria para a autora a interação entre diferentes atores (Estado, Mercado, ONGs) a mola propulsora para iniciativas que favorecem camadas mais vulneráveis da sociedade.

Ao dissertar sobre a interação do terceiro setor com o Estado e o Mercado, Jeremy Rifkin (1997) endossa a noção de trabalho nas ONGs, a contextualizar não apenas pelos papéis mais atuais dos três setores citados, mas também, considerando as mudanças no mundo do trabalho, sobretudo do que ele entende como eclosão de uma revolução tecnológica em uma sociedade de informação. Da mesma forma que hoje encontramos ONGs altamente profissionalizadas e/ou com um forte impacto no cenário social das quais atuam com um número reduzido de funcionários, o mesmo passa, por exemplo, no setor do Mercado. Como corrobora Antunes (2007) ao que disserta Rifkin, há uma orientação corrente para o surgimento de empresas com poucos funcionários, isto é, atualmente, ter uma firma de forte impacto e com poucos operadores é praticamente sinônimo de sucesso empresarial. Com isso, “(...) o mais provável é que nunca haja um número suficiente de empregos capaz de absorver os milhões de pessoas que saem da agricultura, da manufatura e dos serviços” (RIFKIN, 1997, p. 15). Nesse cenário, não coincidentemente, eleva-se o número de organizações conhecidas como do terceiro setor e a profissionalização destas tende a aumentar paralelamente. Parte da atenção, dos empregos, das ocupações, do trabalho, se volta então para essas instituições e disso geram-se novos problemas sociais como a questão do voluntariado (Até que ponto o voluntariado existe em função apenas de se fazer o bem? Até que ponto o estagiário em ONGs está voltado à missão da organização e não apenas prestando um trabalho barato em troca de experiência profissional que o mercado lhe pede? E assim sucessivamente). “Salários menores em contraste com aumento na produtividade, mais trabalho temporário, mais trabalho contingente, mais trabalho por contrato; portanto, o que se vê pouco antes do ingresso no terceiro milênio da era moderna é um mundo profundamente dividido” (*Ibid*, p. 16).

Passa-se a repensar o contrato social nas bancadas acadêmicas e políticas e nos moldes em que o crescimento do terceiro setor se dá na medida em que ainda busca identidade (afinal, se a identidade do terceiro setor já fosse naturalizada como a do Estado e do Mercado, não precisaríamos pensar sob qual ângulo o tomamos aqui, sobre o que seja). O terceiro setor tem procurado consciência de sua condição. Sob esse quadro de identificação, tende a criar modelos de gestão cada vez mais elaborados e com um adendo não percebido nos demais setores: a tentativa de equilibrar suas funções sociais ao fomento de capital social no qual opera, da noção forte que traz arraigado a si de comunidade (por isso, muitas vezes uma ONG chega onde o Estado não alcança), o que pode ser percebido como um dos principais pontos de equilíbrio ou diálogo entre os setores. Contudo, a isso, somamos as questões do “fim do trabalho”, articuladas diretamente a uma análise de relações de trabalho face à hegemonia neoliberal da economia, bem como de políticas por ora conduzidas nos

países ocidentais. Como salientam Marques e Alves (2010), a inserção profissional é um fenômeno complexo e multidimensional, socialmente construído.

A expressão terceiro setor foi utilizada pela primeira vez pelos investigadores estadunidenses Etzioni (1973), Levitt (1973) e Nielson (1975) e Filer Commission (1975) e por europeus a partir da década de 1980, Douglas (1983), Reese (1987), Reichard (1988) e Ronge (1988). (COELHO, 2001, p. 58). Como uma síntese do que tentamos didaticamente expor como terceiro setor, ao que nos referimos, temos as delimitações do termo desenhadas por Rubem César Fernandes (1997) que, em verdade, são já uma compilação das veredas conceituais do autor desde longa dedicação ao tema no Brasil. Para Fernandes, o terceiro setor é uma expressão de linguagem ao passo que as pessoas o reconhecem em discursos no dia-a-dia, ainda que não o delimitem ou que o termo não faça parte de um consenso conceitual. Do ponto de vista histórico, a expressão se confunde com diversas etapas que originaram a noção de terceiro setor hoje em dia: para os estadunidenses, “non profit-organization”, que significa instituições nas quais os bens adquiridos não podem ser distribuídos entre os diretores e associados, assim como o termo “organizações voluntárias”, que tem um sentido complementar à primeira. Já a um exemplo de expressão de origem inglesa temos a “charities”, ligada aqui à caridade e que remonta à memória medieval religiosa e à noção de doação. Conectada à ideia que contrapõe moderno e humanista à caridade religiosa, há o termo “filantropia”, arraigado a uma cultura anglo-saxã. Outra palavra é “mecenato”, vinculada à Renascença e ao prestígio derivado dos generosos às artes e às ciências. Já da Europa continental, temos as “organizações não-governamentais” (ONGs), nomenclatura oriunda das Nações Unidas, quando organizações não-governamentais não eram, sob nenhuma instância, representativas do governo. Nas décadas de 1960-70 essas instituições cresceram a uma significância de fomentarem o surgimento de diversas ONGs no hemisfério sul. Segundo Fernandes, na América Latina, enquanto tal processo ocorria era mais comum falar em organizações da sociedade civil. (FERNANDES, 1997, p. 25-27).

Ao passo em que articula tais noções, Fernandes (1997) conceitua Terceiro Setor como:

[...] composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil (*Ibid*)²⁵.

²⁵ Aqui também está colocado um campo não descrito, o da *advocacy*, que diz respeito à participação popular (que por ora pode ser representada pelas ONGs, que possuem um poder e um *status* para tal) a pressionar o Estado ou mesmo o Mercado na realização de determinadas ações sociais.

Nessa acepção, o autor propositalmente mistura definições de épocas e contextos diversos, mesmo quando considera que filantropia se contrapõe à caridade e cidadania a mecenato. Segundo ele, são diferenças que ainda importam, porém, estão em processo de mutação ao perderem a dureza da contradição radical e a darem vez a um complexo de oposições e complementaridades (*Ibid*, p. 27), mais próximas do mundo real.

Logo, entendemos que essas diversas maneiras de tratar o terceiro setor são, em si, maneiras também a se pensar as organizações sob uma percepção mais ampla. Ao falarmos em organizações de terceiro setor, antes, falamos de organizações, de um modelo, de um padrão do que sejam organizações para pensarmos em um determinado tipo mais restritamente. Se questionássemos “o que são organizações?”, passearíamos por possibilidades epistemológicas diversas. Muito embora o termo possa designar uma imensidão de coletividades sociais com os mais variados fins, sentimos uma necessidade de “organizar” o que entendemos como essas organizações, isto é, qualificar a questão mais ampla – “o que são?” - de onde imaginamos advir as demais questões e problemáticas. Poderíamos deitar aqui uma infinidade de vieses para iniciar a busca por conceitos, o que seria uma tarefa interessante e imprescindível a qualquer propósito investigativo sobre tais. Entretanto, agora seremos menos ambiciosos para que não percamos o foco sobre as organizações de terceiro setor, especificamente.

Se procurarmos por bibliografias mais recentes que tecem sobre o que são as ONGs e o que é o terceiro setor veremos que existe, grosso modo, um *boom* desse tipo de produção bibliográfica entre os anos de 1995 e 2005. Isso ocorre na medida em que na década de 1990 surge notável inquietação acadêmica sobre o novo movimento de extensão das organizações, este, alimentado por contextos históricos específicos como a reestruturação da noção de sociedade civil após o regime militar brasileiro, e é nessa época que se desenrolam as questões sociais e sociológicas mais em voga até então, a exemplo de “As ONGs nascem pra morrer? Por que pessoas se dedicam ao voluntariado? Como se dá a sustentabilidade financeira dessas instituições?” etc. Entrementes, para se perguntar tudo isso nada mais buscado do que se saber sobre o que se falava, sobre o que se perguntava. Não estamos a dizer que hoje não existam produções sobre o que é o terceiro setor, mas ao que muito indica a complexidade das questões que o ronda já passaram de sua delimitação, embora, seja um “consenso” que não há “consenso” sobre o que sejam tais instituições. Do fim da década de 1990 para início dos anos 2000 era comum que as teses acadêmicas sobre o terceiro setor comessem com uma definição do que era o objeto tratado, e aí, a preocupação era mais do que a simples delimitação do objeto de estudo, se concentrava, sobretudo, em apontar para o leitor como o investigador lidava

com seu objeto plástico diante de determinados contextos. Se muito necessário à época, hoje é menos, haja vista que o termo já ganhou certa margem identitária nas universidades e nas ruas, uma linguagem comum: já não é o objeto tão estranho, mas ainda é o objeto difícil.

São diversas as denominações dadas a organizações que surgem no seio da sociedade civil, como salienta Coelho. Todavia, como dissemos, ainda que o termo já tenha sido explorado em suas delimitações por diversos autores, ainda nos questionamos sobre quais são as características mais gerais dessas instituições que nos fazem enquadrá-las em um mesmo grupo (COELHO, 2001, p. 57). A terminologia de terceiro setor muito já foi confundida, por exemplo, com o setor terciário, que diz respeito às atividades de serviços, transportes e comunicação. Imaginar também, por exemplo, que tais instituições são diferenciadas por não objetivarem o lucro e por responderem a necessidades coletivas pode causar “erros” de significação sobre o terceiro setor porque algumas organizações possuem um fim coletivo, porém, sem um fim público²⁶ (*Ibid*, p. 59), a exemplo de associações de clubes de golfe, voltados a uma elite específica. Em suma, ao tomarmos aqui a contribuição de Coelho, podemos dizer que o terceiro setor é composto de:

[...] organizações que promovem assistência ou serviços para outros e não apenas para seus membros, e que, apesar de o fazerem, não são Estado. (...) serem privadas, o que as difere das instituições governamentais, e sem fins lucrativos, o que as diferencia das empresas inseridas no mercado. (...) Essas organizações são estruturadas; autogovernadas e envolvem indivíduos num significativo esforço voluntário. (*Ibid*, p. 60-61).

Organização Não-Governamental é expressão que traz a marca da polissemia, movendo-se num campo que se presta a várias apropriações ideológicas ou discursivas, possibilitando usos diversificados por diferentes atores – e, portanto, podendo constituir-se em objeto de polêmica e luta em torno desses usos. Suas conotações e definições sociais podem, portanto, também variar com o tempo. No entanto, apesar da polissemia, da mera definição literal por negação, no contexto brasileiro (e não só) durante as duas últimas décadas o nome tem sido predominantemente usado para designar um conjunto determinado de organizações cuja pré-história remonta ainda aos anos 70 e cuja história foi-se compondo ao longo dos 80. Nas transformações e deslocamentos entre fronteiras de conjuntos variados de organizações da sociedade civil dedicadas à ação social, neste final de década, torna-se razoável pensar que o destino do termo seja incerto. (LANDIM, 1998, p. 25).

Por fim, o que buscamos demonstrar nestas breves páginas é que existe um referencial teórico disposto a investigar ramificações destas questões mais gerais apresentadas. Falamos, grosso modo, de

²⁶ Fim coletivo porque são associações voluntárias; sem orientação para a esfera pública; que não visam produzir bens públicos (puros ou mistos) etc.

um suporte epistemológico gerado do campo e para o campo em que as categorias tratadas de terceiro setor, movimentos sociais, ONGs, dentre outras, funcionam como chaves analíticas contextuais, podendo ser interpretadas como categorias nativas e recompostas de acordo não apenas com as conjunturas a que se expõem, mas também, com as demais categorias tratadas de acordo com as investigações da realidade pretendidas à análise.

Referências

ABONG. *ONGs: repensando sua prática de gestão*. Abong, 2007

BOBBIO, Norberto. “Sociedade Civil”. In: *Dicionário de Política*. 12.ed. vol. 2. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

CABRAL, Eloísa Helena de Souza. “O lugar do social do terceiro setor e as dualidades de sua gestão. In: FONTES, Breno; MARTINS, Paulo Henrique (orgs.). *Redes, práticas associativas e gestão pública*. Recife: Universitária, 2006.

CARDOSO, Ruth. “Fortalecimento da Sociedade Civil”. In: IOSCHPE, Evelyn. *3º Setor: desenvolvimento social sustentável*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

CARY, Paul. “O comércio justo e a reinscrição da economia: as dimensões políticas do comércio justo”. In: *Revista Estudos de Sociologia*. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. Vol. 10, nº 1 e 2. Recife, 2004.

CHANIAL, Philippe. “Todos os direitos por todos e para todos”. In: MARTINS, Paulo Henrique; NUNES, Brasilmar Ferreira (orgs). *A nova ordem social: perspectivas da solidariedade contemporânea*. Brasília: Paralelo 15, 2004.

COELHO, Simone. *Terceiro Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. 2.ed. São Paulo: SENAC, 2001.

COHEN J. e ARATO A. *Civil Society and Political Theory*. MIT Press. Cambridge, 1992.

FERNANDES, Florestan. *A ditadura em questão*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1982.

FERNANDES, Rubem César. “O que é o Terceiro Setor?” In IOSCHPE, Evelyn Berg (org). *3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LANDIM, Leilah. “Experiência Militante: Histórias das assim chamadas ONGS”. In: LANDIM, Leilah (org). *Ações em Sociedade: Militância, caridade, assistência, etc*. Rio de Janeiro: ISER/NAU, 1998.

_____. “Múltiplas Identidades das ONGs”. In: HADDAD, Sérgio (org). *ONGS e Universidade: Desafios para a Cooperação na América Latina*. São Paulo: Abong/Peirópolis, 2002.

_____. “É o momento de pensar na desconstrução do nome ONG”. In: *Revista do Terceiro Setor*, 2002.

MATOS, Aécio Gomes de. “Democracia, pobreza e participação”. In: FONTES, Breno; MARTINS, Paulo Henrique (orgs). *Redes, práticas associativas e gestão pública*. Recife: Universitária, 2006.

MONTEIRO, Alcides. “Poderá a Sociedade Civil inventar novas alternativas?” In: *Associativismo e novos laços sociais: as iniciativas de desenvolvimento local em Portugal*. Covilhã: UBI, 2002.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. 5ª ed, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

TACHIZAWA, Takeshy. *Organizações Não-Governamentais e Terceiro Setor: criação de ONGs e categorias de atuação*. São Paulo: Atlas, 2002.

RIFKIN, Jeremy. “Identidade e Natureza do Terceiro Setor”. In: IOSCHPE, Evelyn. *3º Setor: desenvolvimento social sustentável*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ROFMAN, Adriana; VILLAR, Alejandro. *Desarrollo Local: una revisión crítica del debate*. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2006.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil*. Petrópolis: Vozes, 1999.